

Poucos investimentos para o Brasil

É a previsão do próprio governo para os próximos cinco anos. Quanto às reservas cambiais, serão pouco mais da metade do que havia em 1985.

Nos próximos cinco anos, de 1987 a 1991, será igual a zero o investimento externo líquido no Brasil e as reservas, que este ano terão uma perda de US\$ 960 milhões, terão, no período, um crescimento médio de apenas US\$ 270 milhões, chegando a dezembro de 1991 no patamar dos US\$ 5 bilhões, um pouco mais da metade das cambiais disponíveis em março de 1985. Os números pertencem ao ce-

nário do balanço de pagamentos para o período 1987/91, montado pelo Programa de Ação Governamental (PAG).

Esses números são compatíveis com aqueles apresentado pelo Plano de Controle Macroeconômico para o balanço de pagamentos deste ano e de 1988, recentemente divulgado pelo Ministério da Fazenda. Na projeção do PAG porém considera-se o ingresso de dinhei-

ro novo e não a conversão da dívida e dos juros externos em capital de risco.

Dinheiro novo

O PAG estima que, de novos empréstimos, no período 1987/1991, haja o ingresso de US\$ 18,17 bilhões, inclusive US\$ 4,34 bilhões este ano, US\$ 2,85 bilhões em 1988, US\$ 2,98 bilhões em 1989, US\$ 3,89 bilhões em 1990 e US\$ 4,11 bilhões

em 1991. A alternativa para o ingresso desses empréstimos é o refinanciamento dos juros em igual montante, tanto através da capitalização como da transformação de uma parcela em investimentos de risco.

Já em relação às reservas, o PAG projeta uma perda de US\$ 960 milhões este ano e ganhos de US\$ 550,0 milhões em 1988, US\$ 170 milhões em 1989, US\$ 660 milhões em 1990 e US\$ 940 milhões em 1991.

O superávit comercial ficará, no período 1987/91, no patamar dos US\$ 9,7 bilhões, com uma variação média no período de US\$ 9,5 bilhões, em virtude do resultado deste ano ter sido projetado em US\$ 8,6 bilhões. Para 1988, o PAG, assim como o plano macro, projeta um superávit de US\$ 9,86 bilhões, descendo em 1989 para US\$ 9,73 bilhões, em 1990 para US\$ 9,64 bilhões e crescendo em 1991 para US\$ 9,74 bilhões.

As exportações que este ano foram estimadas em US\$ 23,10 bilhões deverão crescer, em 1991, para US\$ 32,22 bilhões com um acréscimo acumulado de 39,1%, enquanto as importações terão uma expansão maior no período, evoluindo de US\$ 14,50 bilhões este ano para US\$ 22,48 bilhões em 1991,

com um crescimento acumulado de 55%.

Entre 1987 e 1991, o Brasil pagará, ou renegociará, juros no montante de US\$ 43,36 bilhões, correspondentes a quase a metade da dívida externa, sendo US\$ 9 bilhões este ano, US\$ 8,39 bilhões em 1988, US\$ 8,52 bilhões em 1989, US\$ 8,73 bilhões em 1990 e US\$ 8,72 bilhões em 1991. Esses valores consideram uma taxa média da libor (a taxa interbancária de Londres) em torno de 7,5% por média semestral.

Como as remessas a título de lucros e dividendos, no mesmo período, chegarão a US\$ 8,60 bilhões, o déficit da conta de serviços, deste ano até o final de 1991, somará US\$ 50,78 bilhões, sendo US\$ 10,40 bilhões este ano; US\$ 9,80 bilhões em 1988; US\$ 9,95 bilhões em 1989; US\$ 10,18 bilhões em 1990; e US\$ 10,45 bilhões em 1991. De acordo com a mesma projeção, a transferência de recursos reais para o Exterior, entre 1987 e 1991, somará US\$ 34,53 bilhões, cerca de um terço da dívida externa, sendo US\$ 6,6 bilhões este ano; US\$ 7,69 bilhões em 1988; US\$ 7,18 bilhões em 1989; US\$ 6,69 bilhões em 1990; e US\$ 6,37 bilhões em 1991.

O PAG admite, como hipótese

otimista, uma conversão de US\$ 20 bilhões do principal e dos juros da dívida externa em capital de risco, mas considera a hipótese pessimista de que não haverá conversão, hipótese em que a dívida externa evoluiria de US\$ 112,5 bilhões em 1986 para US\$ 127,2 bilhões em 1991.

Os indicadores do setor externo acolhidos pelo PAG pressupõem que, na hipótese pessimista da não-conversão, a relação dívida externa/exportação se reduzirá de cinco este ano para quatro em 1991, enquanto a relação dívida externa/PIB diminuirá de 42% este ano para 31% em 1991, e a relação reservas internacionais/exportações ficará no nível atual de 26%.

O Programa de Ação Governamental foi submetido ao presidente Sarney e por ele aprovado, devendo ser oficialmente divulgado no decorrer da semana, segundo afirmam assessores do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira. O maior problema dos seus elaboradores foi justamente conciliar as receitas com as despesas previstas e indicar claramente as fontes de financiamento, que somam Cz\$ 10,6 trilhões.

Milano Lopes, de Brasília.